

'BNDES tem de devolver R\$ 271 bi até 2022'

Por Fabio Graner e Fábio Pupo
| De São Paulo



Waldery Rodrigues, secretário da Fazenda: para ele, BNDES se agigantou nos últimos anos e não deve repetir desembolsos e R\$ 200 bi como em anos anteriores.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse em entrevista ao Valor que quer a devolução de todos os R\$ 270,9 bilhões de créditos que o Tesouro Nacional tem para receber do BNDES até o fim do governo Jair Bolsonaro. Ele reiterou a cobrança de R\$ 100 bilhões adicionais neste ano, além dos R\$ 26 bilhões já previstos, feita por meio de ofício recentemente enviado ao banco. Mas destacou que isso pode ser feito de forma escalonada, desde que parte "substancial", em torno de 40% a 50%, venha no primeiro semestre.

Ao dizer que quer zerar os recursos do Tesouro no BNDES, o secretário, que ocupa uma função equivalente a um vice-ministro, sinaliza uma redução ainda maior do

banco nos próximos anos. Além disso, impõe um desafio de a instituição encontrar novas fontes de recursos para suas operações e também para garantir um caixa mínimo, já que suas disponibilidades diminuirão bastante já com a devolução prevista para este ano.

Embora não discorde da estratégia de reduzir o BNDES, o presidente da instituição, Joaquim Levy, quer um processo feito de forma cautelosa, sem colocar em risco questões contábeis relativas à instituição, como nível de capital nas chamadas regras de Basileia. Isso tem sido visto como um sinal de resistência de Levy aos pedidos da Fazenda. Uma fonte do banco, contudo, disse que a fala do secretário indicando aceitar uma devolução parcelada, dentro das possibilidades do banco, foi bem recebida.

Em sua página na internet, o BNDES aponta que 205,7 bilhões do total emprestado pelo Tesouro estão comprometidos com operações de crédito. Isso deixaria para o banco um espaço mais restrito para devoluções no curto prazo. Para Rodrigues, isso não é motivo para travar a devolução de recursos do banco para o Tesouro neste ano. O relevante para essa decisão, na visão da Fazenda, é o caixa total disponível da instituição, que supera os R\$ 160 bilhões, quando se incluem ativos de renda

variável.

"O que importa é a disponibilidade financeira, a liquidez do banco. A restrição que se traz na questão da devolução é a disponibilidade de liquidez, que é muita alta", disse, informando que o caixa do BNDES tem R\$ 113 bilhões em título públicos e operações compromissadas, além de mais R\$ 55 bilhões em "equities". "De maneira hiperconservadora, o banco precisaria de 25 bilhões de caixa", acrescentou, informando ainda que o BC calculou que ter disponibilidade de R\$ 15 bilhões seria suficiente para o banco operar sem correr riscos.

O secretário disse que o banco se agigantou no passado e que não cabe à instituição federal de fomento ter desembolsos da ordem de R\$ 200 bilhões por ano, como ocorreu em alguns anos anteriores, pois isso leva à redução do setor privado na oferta de crédito, sobretudo no mercado de capitais.

"Precisamos promover um crowding in [inclusão] do setor privado", salientou. "A participação do crédito privado no mercado é muito acanhada, muito tímido. O crédito direcionado no Brasil é muito alto", disse, lembrando que metade do estoque de financiamentos no país é com recursos direcionados, normalmente operado por bancos públicos.





Rodrigues disse não temer que o banco se apequene ou sofra de "nanismo". E afirmou que um volume de desembolsos superior a R\$ 100 bilhões anuais já geraria desconforto na área econômica. Atualmente, o fluxo de empréstimos é da ordem de R\$ 69 bilhões.

Para ele, a devolução dos R\$ 100 bilhões adicionais - já há R\$ 26 bilhões programados para este ano devido a renegociação feita no governo anterior entre o Tesouro e o banco - vai ajudar na redução de 1,5 ponto porcentual na dívida pública, além de contribuir para esse processo de maior inclusão do setor privado no sistema de crédito brasileiro.

O governo quer evitar que a dívida bruta supere 80% do Produto Interno Bruto (PIB), nível que ultrapassado seria visto com insegurança por investidores. Hoje, ela está em 77,6% do PIB.

Rodrigues destacou que, no período de 2004 a 2016, os cerca

de R\$ 500 bilhões que foram emprestados pelo Tesouro ao banco estatal tiveram um custo fiscal de R\$ 170,3 bilhões. Esse valor, mantido o cronograma de devolução definido no ano passado, subiria em R\$ 30 bilhões até 2040, último ano de vigência dos contratos.

O secretário especial destacou que o banco terá um papel relevante no financiamento de concessões na área de infraestrutura, embora o governo também pretenda fomentar uma participação crescente do mercado de capitais para suprir esses recursos.

Outro foco relevante para a instituição de fomento, na visão da Fazenda, é a ampliação do crédito para as empresas de menor porte.

O secretário disse que está em curso mudanças no conselho do banco. Segundo ele, o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco é um bom nome para fazer parte do colegiado.

Facilitar emissão de ações por microempresa faz parte de pacote para alavancar mercado

Por Fabio Graner e Fábio Pupo
| De Brasília

O Ministério da Economia trabalha em uma série de medidas para impulsionar o mercado de capitais e o ambiente de negócios no país. O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, afirmou ao Valor que as iniciativas incluem a redução de obrigações para micro e pequenas empresas emitirem ações, aumento da atratividade da recuperação extrajudicial no âmbito da Lei de Falências, mudanças no sistema de garantias, facilitação de entrada de seguradoras internacionais no país e ampliação da isenção fiscal para debêntures de infraestrutura, entre outras.

Economista e engenheiro formado pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Rodrigues é servidor de carreira do Senado e fez parte da equipe econômica do governo de Michel Temer. Ganhou posição de destaque neste ano ao assumir um cargo que comanda pastas centrais para o Ministério - como o Tesouro Nacional, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e a Secretaria de Política Econômica (SPE). À frente do desafio, ele afirma que o atual governo trouxe uma nova diretriz para os trabalhos na Economia, com um trabalho muito mais voltado ao setor privado.

"Existe uma série de medidas que estamos trabalhando ligadas à melhoria dos mercados de capitais", disse Rodrigues. "Temos a desburocratização do custo de financiamento das pequenas e micro empresas abertas. Isso afeta tanto emprego como renda. É autorizar a emissão de títulos, de ações, por pequenas e médias empresas a partir de uma satisfação de critérios mínimos de governança corporativa. Também é possível flexibilizar requisições burocráticas para a abertura de capital e emissão de títulos, dar um 'fast track' [para micro e pequenas empresas]. Especificamente, você tem algumas exigências de tempo de funcionamento ou de volume financeiro, que podem ser reduzidas", completou.

Outro flanco de ação é no setor de seguros, buscando ampliar o número de participantes do mercado - em especial, empresas estrangeiras. "Há regras de reciprocidade no mercado de seguros no caso das não residentes que podem ser flexibilizadas. Bem como o registro de filiais de seguradoras estrangeiras aqui", disse. "É para bombar o mercado de seguros, que é muito pequeno. Para ter mais seguradoras, inclusive estrangeiras. O mesmo vale para resseguradoras, que é um mercado mais aberto", completou, explicando que a medida buscará permitir que as resseguradoras

internacionais tenham facilidade de sua inserção no mercado.

Há também estudos para melhorar o sistema de garantias, o que ajudaria na redução dos spreads bancários, por exemplo. "Nosso sistema de garantias hoje é insuficiente. A pessoa entrega o mesmo bem em garantia para um credor e para outro, e os credores ficam digladiando pela garantia e tendem a não receber nada. Então o que a gente pensa em centralizar as garantias, ter um sistema único de garantias e que essa garantia reflita o colateral devido", explicou.

"Outro tema importante ao mercado de capitais é que a garantia possa ser feita de maneira segmentada. Você é dono de um imóvel grande e mesmo sendo só um CNPJ pode entregar o estacionamento em garantia de um empréstimo e outra parte em garantia de outro empréstimo. Você separa, não precisa aquele imóvel todo para uma garantia", completou.

O governo também estuda atrair investidores estrangeiros para as debêntures de infraestrutura ao mudar o mecanismo de isenção dos títulos, adicionando a possibilidade de o benefício ser dado ao emissor em vez de ao investidor pessoa física - como é hoje.

Plano Plurianual terá metas mais claras para orientar orçamentos, diz secretário

Por Fabio Graner e Fábio Pupo
| De Brasília

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse em entrevista ao Valor que está preparando mudanças no Plano Plurianual (PPA) para que o documento tenha metas mais claras e verificáveis a serem cumpridas anualmente.

"Vamos colocar elementos quantitativos e sair das generalidades que existem hoje no PPA", afirmou. Segundo ele, a intenção da equipe econômica é que os orçamentos elaborados a cada ano estejam mais ligados à diretrizes existentes no PPA - o que não ocorreria hoje na prática.

O PPA é um dos instrumentos do rito orçamentário do governo federal e tem duração de quatro anos. Na teoria, serve como uma visão de longo prazo dada pelo governo eleito para orientar a elaboração das peças anuais. Na prática, a visão de técnicos é que ele acaba ignorado principalmente nos últimos anos de mandato.

O trabalho de remodelagem do PPA ficará a cargo da secretaria de Rodrigues, que hoje reúne as pastas envolvidas no tema. "Ninguém usou o PPA como ferramenta de planejamento efetivo. Vamos trazer para o PPA metas a serem cumpridas ano a ano. Como nós temos a SOF

[Secretaria de Orçamento Federal], o Tesouro e a avaliação de políticas no mesmo guarda-chuva, posso elaborar uma peça sabendo o que farei ano a ano", disse.

"Os programas terão alocação de até quatro anos e serão definidas metas de atingimento ao longo dos anos. O PPA não vai eliminar de forma direta a LOA. O que traremos é um PPA mais próximo de forma que as LOAs de 2020 a 2023 se aproximem do PPA. Se você comparar o PPA de quatro anos e comparar o que planejou para a LOA com aquele quarto ano, a diferença hoje é brutal". Ele diz também que, para assegurar as mudanças, haverá a criação de mecanismos que reforcem o comprometimento com a execução do plano ("enforcement").

Rodrigues disse que a reestruturação gerada pela criação do Ministério da Economia colocou sob a Secretaria de Fazenda as três fases do processo orçamentário (planejamento, execução e avaliação), uma inovação que permitirá maior eficiência na gestão pública.

Segundo ele, todos os ministérios terão suas políticas públicas avaliadas pela secretaria criada para este fim dentro da Secretaria especial de Fazenda. Esse processo será iniciado com os programas de quatro pastas: Defesa, Ciência e Tecnologia

(MCTIC), Saúde e Educação. A ideia é que essas avaliações sejam consideradas para definição de aumento ou redução de recursos orçamentários para os programas.

A ideia de começar pela Defesa e MCTIC é porque, no primeiro caso, há alto investimento em pesquisa e desenvolvimento, que pode ter impactos econômicos relevantes, e, no segundo, pelo potencial de impacto no crescimento econômico das ações, mesmo com volume de recursos menores. Saúde e Educação entram nessa primeira fase por serem pastas tradicionais e alvo de grande atenção.

O secretário confirmou que o governo fará um contingenciamento de gastos, conforme antecipou o Valor na sexta-feira passada, a ser anunciado amanhã ou depois. Ele não quis confirmar números e disse que a retirada ou não dos R\$ 12,2 bilhões da Eletrobras da conta depende de definições a serem encaminhadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Mas reconheceu que a receita administrada projetada está abaixo do previsto no Orçamento de 2019.

Nos bastidores, falava-se na semana passada que o corte de gastos seria bem superior a R\$ 5 bilhões e poderia se aproximar de R\$ 20 bilhões, a depender do que se definiria para a Eletrobras, entre outros fatores.

Plano é de FGTS 'completamente diferente', e 'FI' pode acabar

Por Fábio Pupo e Fabio Graner
| De Brasília

O governo vai começar a fazer mudanças no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para construir um modelo "completamente diferente" do existente hoje. Entre as medidas estudadas pelo Ministério da Economia está a que permite investidores, inclusive estrangeiros, comprar cotas de participação do maior fundo público brasileiro. Além disso, o governo pode fechar o braço de participações em infraestrutura, o FI-FGTS.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirmou ao Valor que o objetivo das mudanças é elevar a transparência da gestão e a rentabilidade dos recursos para os trabalhadores.

"É um fundo grande, com rendimento real negativo de 3% mais taxa referencial - ou seja, abaixo da inflação. É uma poupança compulsória com rendimento real negativo, o que representa uma

penalização para o trabalhador", disse. "Então precisamos repensar o FGTS", avalia.

Entre as mudanças estudadas pelo ministério, também está a retirada da Caixa da administração dos recursos do FGTS. Outra medida em estudo é o fim da operação do FI-FGTS, que administra dezenas de bilhões em investimentos principalmente em infraestrutura - seja por meio de participação em ações, seja em dívida.

"Sobre o FI, estamos pensando todas as possibilidades. Mantermos na Caixa sob uma gestão diferenciada, usando o excelente trabalho do Pedro Guimarães [presidente do banco], que está trazendo elementos de gestão privada para o banco. E podemos criar novos elementos, pensando fora da Caixa", disse.

O FI-FGTS foi alvo de episódios de corrupção que levaram à prisão nomes como o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha e de investimentos que não geraram rentabilidade.

"O FI foi em grande parte alocado em empresas que deram errado, como foi o caso da Sete Brasil", disse. No limite, o fim do FI-FGTS também é uma ideia sobre a mesa. "Se precisar retirá-lo da Caixa, será retirado. Se precisar acabar com o FI-FGTS, será terminado. Nós não temos nenhuma linha definitiva. Estamos analisando todas as possibilidades", disse.

Segundo ele, as mudanças podem ser pensadas agora graças à mudança de diretriz no governo e à criação de uma secretaria sob seu comando para repensar o fundo.

"Por que os governos anteriores não mexeram no FGTS? É uma vaca sagrada, ligada ao trabalhador. O que vamos fazer agora? Alterar substancialmente o FGTS. É um grande elefante, que pesa para o trabalhador", disse.

O secretário planeja encerrar os trabalhos sobre as alterações antes do fim do mandato do presidente Jair Bolsonaro. "Não temos pressa, mas vou acabar com essa secretaria antes dos quatro anos [de governo]. Queremos um FGTS completamente diferente do que foi nos últimos anos", disse.

Governo vai bloquear até R\$ 30 bilhões

Com adiamento de privatizações e economia em ritmo lento, Executivo aumenta aperto para evitar rombo superior a R\$ 139 bi no Orçamento

Adriana Fernandes /
BRASÍLIA

O bloqueio que será anunciado na sexta-feira pela equipe econômica deve ser próximo de R\$ 30 bilhões, segundo fontes da equipe econômica. A previsão inicial, como informou o "Estado", era a de que fosse superior a R\$ 10 bilhões, mas diante da forte contenção de gastos, o número deve ser maior, apurou o "Broadcast/Estadão". O contingenciamento de recursos é um expediente usado por governos para garantir o cumprimento da meta fiscal. Quando se identifica risco de estouro dessa meta, parte dos gastos previstos é congelada. O Orçamento aprovado para este ano prevê a possibilidade de um rombo de até R\$ 139 bilhões. O corte maior no início do ano se deve à recuperação ainda lenta da economia brasileira e o adiamento da venda de estatais, uma

promessa da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Com a recuperação aquém do esperado, a arrecadação com impostos está abaixo do projetado pela equipe econômica. Esse cenário exige compensações do lado das despesas, com o contingenciamento. Já o plano de privatizações de Guedes ficou num segundo plano para não atrapalhar a reforma da Previdência, embora também tenha sido posto de lado por causa de resistências do próprio presidente Jair Bolsonaro e de grupos de militares que o apoiam. No entanto, o anúncio dos processos de desestatização foi recebido por euforia pelos investidores. Entre as privatizações em suspenso que poderiam reforçar os cofres públicos está a da Eletrobrás, que injetaria R\$ 12 bilhões nos cofres públicos, embora exista uma tentativa de fazer o processo ocorrer em 2019.

O megaleilão de barris excedentes da área da cessão onerosa do pré-sal, que poderia captar outros R\$ 100 bilhões este

ano, também pode não ocorrer em 2019, pois o governo resolveu rever os termos da cessão onerosa com a Petrobrás. A licitação está marcada para outubro, mas há um longo e complexo caminho até lá. As maiores perdas apontadas na primeira revisão do Orçamento vêm, portanto, da previsão de receitas com o adiamento da privatização da Eletrobrás, da frustração da arrecadação de tributos, como a contribuição previdenciária, e da elevação pontual de gastos. O ministro da Economia prometeu, durante a campanha de Bolsonaro, que zeraria esse déficit em 2019, e ainda não recuou publicamente desse compromisso.

Mas o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, admitiu que as contas públicas devem fechar no vermelho pelo sexto ano. Cientes da dificuldade de entregar até mesmo o buraco previsto no Orçamento, integrantes da equipe econômica já antecipavam nos bastidores que seria necessário anunciar algum contingenciamento logo no início do ano.